

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Ponta Grossa, 480 - fone/fax (43) 3464 1265

CNPJ. 95.548.400/0001-42

LEI Nº 410/2013

Publicada em 21/12/2013
pág E2, Edição nº 6866
Edição Tríplice do mês 5/A

SÚMULA: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mauá da Serra para o exercício financeiro de 2014.

Nicolau Muniz Júnior, Prefeito Municipal de Mauá da Serra, Estado do Paraná, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Mauá da Serra para o **Exercício Financeiro de 2014**, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, composto pelas Receitas e Despesas dos órgãos da administração direta, estima a Receita em R\$ 22.094.000,00 (vinte e dois milhões e noventa e quatro mil reais), e fixa a Despesa em igual importância.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 22.094.000,00 (vinte e dois milhões e noventa e quatro mil reais) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e em R\$ 20.894.000,00 (vinte milhões, oitocentos e noventa e quatro mil reais) para o Poder Executivo.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências correntes e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	22.094.000,00
1.1. Receita Tributária	3.433.000,00
1.2. Receita de Contribuições	280.000,00
1.3. Receita Patrimonial	221.900,00
1.4. Receita de Serviços	20.500,00
1.5. Transferências Correntes	17.899.800,00
1.6. Outras Receitas Correntes	238.800,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
TOTAL	22.094.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Ponta Grossa, 480 – fone/fax (43) 3464 1265

CNPJ. 95.548.400/0001-42

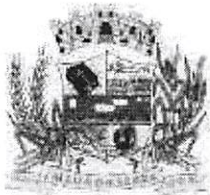
Art. 3º - A Despesa será realizada conforme as discriminações constantes do Anexo II, que apresenta a sua composição de acordo com a seguinte classificação:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVO MUNICIPAL	1.200.000,00
02. CHEFIA DE GABINETE	1.057.000,00
03. CONTROLADORIA INTERNA	71.000,00
04. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	195.000,00
05. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.445.500,00
06. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1.248.500,00
07. SECRETARIA MUN. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS	3.873.700,00
08. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	4.586.000,00
09. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	808.000,00
10. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	5.979.800,00
11. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	309.000,00
12. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	574.500,00
13. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	235.000,00
14. SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	40.000,00
15. SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E PECUÁRIA	151.000,00
16. SECRET. MUNIC. SEGUR. URBANA E PATRIMONIAL	120.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
TOTAL	22.094.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	18.380.300,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	10.882.200,00
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	90.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	7.551.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Ponta Grossa, 480 – fone/fax (43) 3464 1265

CNPJ. 95.548.400/0001-42

4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	3.513.700,00
4.4.00.00 – Investimentos	2.802.200,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	568.000,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
TOTAL	22.094.000,00

Art. 4º - Fica o poder executivo autorizado a:

I - Abrir no curso da execução orçamentária de 2014 créditos adicionais até o limite de 5% da despesa total fixada por esta Lei;

II – A utilizar recursos à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º Inciso III da LRF, e artigo 8º da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001;

III – Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

IV – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes do excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovado, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64;

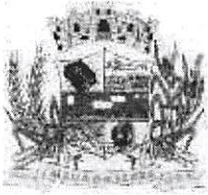
V – A abrir no curso da execução do orçamento de 2014, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas a fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução;

VI – A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, artigo 167 da CF;

Parágrafo 1º - Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária;

Parágrafo 2º - Entende-se como categoria de programação, de que tratam o inciso VI deste artigo, despesas que fazem parte da mesma classificação funcional programática e que pertençam ao mesmo órgão e unidade orçamentária.

Art. 5º - Fica autorizado a proceder por Decreto até o limite de 5% (cinco por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Ponta Grossa, 480 – fone/fax (43) 3464 1265

CNPJ. 95.548.400/0001-42

programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base no art. 4º.

Art. 6º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Município estabelecido a preços correntes do mês de julho de 2013, poderão ser corrigidos durante a execução orçamentária, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor,- INPC/IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, aplicado a partir de agosto de 2013.

Art. 7º - Os órgãos e entidades mencionados no art. 1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Mauá da Serra, 20 de dezembro de 2013.


NICOLAU MUNIZ JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL